Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

KPDS 563514

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultados **8**

Demonstrações de resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinação das taxas incrementais de empréstimos utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento de acordo com o CPC 06

Veja a Nota 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O pronunciamento contábil revisado CPC 06 (R2) - Arrendamentos, com data efetiva em 1 de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos que impactam de forma mais significativa a mensuração dos arrendamentos pelos arrendatários. Um dos principais elementos é a taxa incremental sobre empréstimo a ser utilizada na mensuração do valor presente dos passivos de cada contrato de arrendamento que, dentre outras, inclui julgamentos e estimativas relevantes relacionadas ao ambiente econômico em que a Companhia e suas controladas estão inseridas, determinação dos prazos dos arrendamentos e riscos de crédito da Companhia e suas controladas. Devido à complexidade dos julgamentos e estimativas e seus respectivos impactos na determinação das taxas incrementais sobre empréstimo que foram utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Avaliação, para toda a população de arrendamentos, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, tais como, taxa de juros futuro e spread de risco de crédito, análise de sensibilidade sobre o modelo adotado pela Companhia e suas controladas. – Avaliação dos julgamentos aplicados pela Companhia e suas controladas para as premissas utilizadas relacionadas ao prazo de arrendamento para toda a população de arrendamentos. – Reconciliação dos registros contábeis com a base de dados auxiliares que contempla toda a população de arrendamentos. – Realização de testes documentais de toda a população de arrendamentos, tais, como, leitura de contratos, identificação das partes, período de vigência dos contratos, valor mensal dos arrendamentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos como aceitável os saldos de arrendamentos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	116.240	89.412	117.755	112.259
Contas a receber de clientes	11	16.937	15.398	24.216	24.565
Impostos a recuperar	12	9.113	16.964	10.557	18.136
Dividendos a receber	20	5.500	2.125	666	374
Outros ativos circulantes		6.913	2.893	7.290	3.104
		154.703	126.792	160.484	158.438
Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	10.724	12.176	942	826
Impostos a recuperar	12	3.181	2.082	13.609	8.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	7.039	8.471	13.449	14.272
Depositos judiciais	21	38.179	29.039	38.179	29.111
Outras contas a receber		5.777	5.232	6.285	5.698
Investimentos	14	366.609	415.397	372.935	391.928
Imobilizado	15	478.120	481.880	503.875	506.253
Direito de uso - Arrendamento	7.c	79.772	-	90.349	-
Intangível	16	2.529	2.683	49.672	18.363
		991.930	956.960	1.089.295	974.609
		1.146.633	1.083.752	1.249.779	1.133.047

Passivo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Circulante					
Fornecedores	17	21.468	12.319	40.510	16.331
Empréstimos e financiamentos	18	82.160	79.468	86.135	82.202
Impostos e contribuições a recolher	19	1.453	1.397	3.872	2.849
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6.242	5.571	8.018	7.231
Adiantamentos de clientes		3.070	5.355	9.483	10.335
Arrendamento mercantil	7.c	12.941	-	14.451	-
Dividendos a pagar	20	2.453	20.000	2.453	20.004
		129.787	124.110	164.922	138.952
Não circulante					
Fornecedores	17	298	402	44.995	402
Empréstimos e financiamentos	18	127.870	180.077	137.245	193.202
Arrendamento mercantil	7.c	70.432	-	79.978	-
Provisão para contingências	21	37.602	28.775	41.995	32.984
		236.202	209.254	304.213	226.588
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	31.574	31.574	31.574	31.574
Reservas de capital	22.b	482.819	527.423	482.819	527.423
Reservas de lucros	22.c | 22.e	266.251	191.391	266.251	191.391
Atribuível aos acionistas controladores		780.644	750.388	780.644	750.388
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	17.119
		780.644	750.388	780.644	767.507
		1.146.633	1.083.752	1.249.779	1.133.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Receita líquida de vendas	23	299.530	299.022	395.543	380.336
Custo dos serviços prestados	24	(252.811)	(259.195)	(317.582)	(318.592)
Lucro bruto		46.719	39.827	77.961	61.744
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	24	(399)	(387)	(399)	(387)
Administrativas e gerais	24	(12.294)	(12.151)	(13.581)	(13.557)
Outras despesas operacionais, líquidas		(161)	(2.394)	(557)	(2.968)
Resultado antes das despesas financeiras liquidas, equivalência patrimonial e impostos		33.865	24.895	63.424	44.832
Receitas financeiras	25	4.772	3.685	6.141	4.469
Despesas financeiras	25	(35.408)	(34.800)	(38.066)	(41.604)
Despesas financeiras, líquidas		(30.636)	(31.115)	(31.925)	(37.135)
Resultado de equivalência patrimonial	14	96.896	78.434	78.232	75.572
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		100.125	72.214	109.731	83.269
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(4.749)	(2.449)	(14.571)	(8.133)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	4.437	3.387	4.653	5.331
Resultado do exercício		99.813	73.152	99.813	80.467
Resultado atribuível aos acionistas					
Acionistas controladores		99.813	73.152	99.813	73.152
Acionistas não controladores		-	-	-	7.315
Resultado do exercício		99.813	73.152	99.813	80.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Resultado do exercício	99.813	73.152	99.813	80.467
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	99.813	73.152	99.813	80.467
Acionistas controladores	99.813	73.152	99.813	73.152
Acionistas não controladores	-	-	-	7.315
Resultado abrangente total	99.813	73.152	99.813	80.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores								
					Reservas de lucros					
	Nota	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Ágio em transação de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		31.574	527.423	-	6.314	158.591	-	723.902	9.804	733.706
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	73.152	73.152	7.315	80.467
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios	22.e	-	-	-	-	-	(18.288)	(18.288)	-	(18.288)
Dividendos complementares	22.e	-	-	-	-	-	(28.378)	(28.378)	-	(28.378)
Retenção de lucros no exercício	22.d	-	-	-	-	26.486	(26.486)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		31.574	527.423	-	6.314	185.077	-	750.388	17.119	767.507
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	99.813	99.813	-	99.813
Ágio em transação de capital	22.b	-	-	(44.604)	-	-	-	(44.604)	-	(44.604)
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios	22.e	-	-	-	-	-	(24.953)	(24.953)	-	(24.953)
Retenção de lucros no exercício	22.d	-	-	-	-	74.860	(74.860)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		31.574	527.423	(44.604)	6.314	259.937	-	780.644	-	780.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		99.813	73.152	99.813	80.467
Ajustes por:					
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas com clientes	11	(160)	192	(413)	380
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(3.005)	(3.441)	(3.830)	(4.978)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(96.896)	(78.434)	(78.232)	(75.572)
Depreciação e amortização	15 | 16	31.852	32.487	37.430	39.049
Resultado na baixa de ativo permanente		1.570	1.817	1.700	2.139
Amortização mais valia	14	13.050	13.051	13.228	13.230
Amortização arrendamentos CPC 06	7.c	9.340	-	10.371	-
Juros e correções incorridos	18	20.293	27.783	21.475	28.642
Amortização custo debêntures	18	651	651	651	651
Constituição de provisão para contingências	21	8.827	5.451	9.011	5.732
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes - circulante e não circulante	11	73	(486)	646	(1.769)
Redução (aumento) em impostos a recuperar - circulante e não circulante	12	6.752	10.584	2.128	10.639
Aumento em depósitos judiciais	21	(9.140)	(5.246)	(9.068)	(4.195)
Redução em outras contas a receber - circulante e não circulante		(7.940)	1.026	(5.197)	2.023
Redução em fornecedores - circulante e não circulante	17	9.045	(2.703)	68.772	(285)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	19	56	149	9.457	5.765
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		671	1.023	787	1.182
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes		(2.285)	(559)	(852)	2.414
Impostos sobre o lucro pagos		-	-	(8.434)	(6.295)
Juros pagos	18	(20.656)	(29.299)	(22.472)	(29.299)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		61.911	47.198	146.971	69.920
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de participação em investimentos	14 | 15	-	-	(36.288)	(20.755)
Ágio em transação de capital	22.b	-	-	(44.604)	-
Arrendamentos CPC 06, líquidos	7.c	(5.739)	-	(6.291)	-
Restituição de capital/dividendos	14	(1.751)	9.000	(827)	9.000
Dividendos recebidos/a receber	14	94.218	107.504	89.385	107.504
Aquisição de imobilizado e intangível	15 | 16	(29.508)	(12.865)	(33.054)	(16.097)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usados nas) atividades de investimento		57.220	103.639	(31.679)	79.652
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	25.000	294	25.000	15.294
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	18	(74.803)	(54.993)	(76.678)	(54.993)
Dividendos pagos	22.e	(42.500)	(29.000)	(58.118)	(29.000)
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de financiamento		(92.303)	(83.699)	(109.796)	(68.699)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		26.828	67.138	5.496	80.873
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	10	89.412	22.274	112.259	31.386
No fim do exercício	10	116.240	89.412	117.755	112.259
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		26.828	67.138	5.496	80.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 29 de janeiro de 1864, com sede e filiais em Paranaguá-PR, Curitiba-PR e São Francisco do Sul-SC. A Companhia tem por objetivo principal a prestação de serviços de: armazenagem de cargas; operações portuárias; cargas a granel (importação e exportação) e carga geral; comissária de despachos aduaneiros; desembaraço de cargas, terminais de cargas, transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas.

A Companhia opera no Porto de Paranaguá-PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina “APPA”, concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo ocorrido a última renovação em 19 de novembro de 2018, sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia com validade até 09 de novembro de 2023. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. Na operação portuária, são pagas as taxas de pesagem, INFRAMAR e INFRAPORT à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá-PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 3 de setembro de 2012. Este contrato possui duração de 20 (vinte) anos, tendo sua vigência até 2022, com previsão de prorrogação por igual período, podendo vigorar até 2042.

A Companhia possui também o certificado de “Operador Portuário” emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul “APSFS” em consonância aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul-SC; a referida habilitação foi emitida em 3 de dezembro de 2013, com validade até 3 de dezembro de 2023. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13.

A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alfandegamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO), filial que está inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.716.144/0005-74, localizada na área externa ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, nº 1.913, município de Paranaguá -PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e esteira que liga ao Terminal Público de Fertilizantes do Porto de Paranaguá. O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2035) podendo ser prorrogado por igual período (até 2060).

Em 22 de abril de 2014, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 10 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de abril de 2014, a extensão do alfandegamento para toda a infraestrutura do complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação, mantidas as mesmas condições mencionadas no parágrafo acima.

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 27 de outubro de 2017, o alfandegamento a título permanente de sua instalação portuária cognominada “GEXPO”, filial que está inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.716.144/0015-46, localizada em área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, Oceania, Paranaguá (PR), com um montante aproximado de área de 42.222 m2, composta por 2 (dois) silos horizontais (“Silos Horizontais 3 e 4”), por instalações e equipamentos que servem de apoio à atividade de movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal destinados à exportação (tais como, moegas, tombadores, balanças, etc.) e, ainda, por correias transportadoras, instaladas em caráter permanente, que estabelecem a interligação entre as estruturas de armazenagem retroportuárias e o porto público (notadamente ao eixo central do denominado “Corredor de Exportação da APPA”). O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 026/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2035) podendo ser prorrogado por igual período (até 2060).

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia recebeu da Fundação Vanzolini o Certificado de Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO 14001:2015, na mesma data recebeu o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001: 2015 e recebeu ainda o Certificado de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18001: 2007, certificações que consolidam o Sistema de Gestão de Integrado SGI da Companhia. Em novembro de 2018, houve a renovação de todos os Certificados.

Em 2018 a Companhia obteve as Certificações de OEA (Operador Econômico Autorizado) da Receita Federal do Brasil para: (i) Operações Portuárias; (ii) Complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO); (iii) Instalação Portuária Alfandegada (IPA-AZ9A); e para sua controlada Porto Seco. Em janeiro de 2019, a Companhia obteve a Certificação de OEA para a sua Instalação Portuária para Granéis Sólidos de Exportação “GEXPO”. As Certificações de OEA são verificadas e mantidas anualmente pela Receita Federal do Brasil.

2 Relação de entidades controladas

Abaixo estão apresentadas a lista das empresas controladas pela Companhia.

Empresas	Controle	2019	2018
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Vanzin Operações Portuárias S.A.	Direto	100,00%	60,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

a. Rio Bacacheri Participações S.A. ("Rio Bacacheri")

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social a participação em outras empresas do segmento portuário. A Rio Bacacheri detém 100% das ações da Vanzin Operações Portuárias S.A. (60,00% em 2018).

b. Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. ("Rocha GranExpo")

Trata-se de uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis sólidos de exportação. A Rocha GranExpo atualmente encontra-se sem atividades operacionais.

c. Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. ("Porto Seco")

Trata-se de uma sociedade limitada, com sede em São Francisco do Sul - SC, que tem como objeto social a operação e exploração de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de São Francisco do Sul.

d. Vanzin Operações Portuárias S.A. ("Vanzin")

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande - RS, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações e, ainda, armazenagem de granel de importação. A Vanzin detém 50% das ações da Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI.

Aquisição de ações de controladas

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia através da sua Controlada Rio Bacacheri adquiriu a integralidade das ações da Vanzin Operações Portuária S.A.

A contraprestação total para a aquisição de 1.158.000 ações da Vanzin foi de R$ 75.000 (valor por ação de R$ 64,77) já tendo sido pagos R$ 20.000 no exercício de 2019. O saldo remanescente, previamente auferido, considerando reajustes previstos, é estimado em R$ 60.769, a ser pago em 4 prestações anuais, com vencimentos entre 2020 e 2023. A Companhia obterá o *PPA – Purchase Price Allocation* definitivo dentro do prazo estipulado pela Lei 12.973/2014. Os custos incorridos da transação foram de R$ 240.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 05 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7.c.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14 -** no que se refere a consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e sobre a equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

- **Nota explicativa 7.c** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos

contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- **Nota explicativa 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Notas explicativas 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado e intangível;

- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

- **Nota explicativa 26** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Como resultado das análises realizadas, o Grupo reconheceu novos ativos e passivos, substancialmente, provenientes de arrendamentos, até então, operacionais regidos por (i) Contrato de Arrendamento nº 115/2002 com a APPA; (ii) Contrato de Passagem nº 006/2010 ratificado por seus termos aditivos, firmado com a APPA e confirmado pela ANTAQ; (iii) Contrato de Passagem nº 026/2010 ratificado por seus termos aditivos, firmado com APPA e confirmado pela ANTAQ; e (iv) Contratos de Locações de Imóveis de Longo Prazo.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7.c.

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos vigentes em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda ativos destinados à sua operação, incluindo imóveis. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos

de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de 1º de janeiro de 2019, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de informática);

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e

- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo reconheceu ativos e passivos cujo impacto na transição e movimentações ao longo do exercício estão resumidos abaixo.

		Movimentação em 2019			
Controladora	**Saldo em 01/01/2019**	**Amortizações**	**Juros Contábeis**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2019**
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	(89.112)	9.340	-	-	(79.772)
Passivo circulante – Arrendamento mercantil	9.340	(9.340)	3.601	9.340	12.941
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	79.772	-	-	(9.340)	70.342

		Movimentação em 2019			
Consolidado	**Saldo em 01/01/2019**	**Amortizações**	**Juros Contábeis**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2019**
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	(100.720)	10.371	-	-	(90.349)
Passivo circulante – Arrendamento mercantil	10.371	(10.371)	4.080	10.371	14.451
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	90.349	-	-	(10.371)	79.978

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto conforme descrito na nota explicativa 7.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo . A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações préexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	**Controle**	**2019**	**2018**
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Vanzin Operações Portuárias S.A.	Direto	100,00%	60,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente, na adquirida, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite o Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo possui as seguintes entidades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*):

Empresas	**Tipo**	**2019**	**2018**
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	Empreendimento direto (indireto em 2018) controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPISI	Empreendimento direto (indireto em 2018) controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
CPL-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12.50%	12.50%

(vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de prestação de serviços

A Companhia e suas controladas estão envolvidas na realização de serviços de armazéns gerais; acondicionamento de produtos fertilizantes e corretivos; importação e comércio atacadista de fertilizantes, adubos, corretivos de solo, defensivos agrícolas e de outros produtos químicos intermediários para fertilizantes; operadores portuários; comissária de despachos aduaneiros; desembaraço de cargas, unitização de cargas e corretagem de cargas de exportação; agenciamento de importações e exportações; estufagem e desestufagem de contêineres; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; transporte rodoviário de cargas e/ou contêineres com veículos próprios e/ou de terceiros; operações em recintos alfandegados; transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) granéis sólidos de importação e de exportação, (b) granéis líquidos, (c) carga geral, (d) carga de projeto; locação de bens móveis, máquinas e equipamentos e (e) terminalização, bombeamento e tancagem de granéis líquidos em terminal marítimo e em retroárea, bem como a locação de tanques, dutos e tubulações interligados ou não a píer de embarque e desembarque de granéis líquidos.

Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a prestação de serviços com clientes são fornecidas na nota explicativa 23.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente:

- Rendimentos com aplicações financeiras;
- Despesa de juros; e

- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	20 - 25 anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio
O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (iii) ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Softwares e demais intangíveis
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização
Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
Outros intangíveis	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes) Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros na categoria de Empréstimos e recebíveisEmpréstimos e recebíveis, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

l. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

  O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

  Mensuração das perdas de crédito esperadas
  As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

  As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

  Ativos financeiros com problemas de recuperação
  Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

  Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

  Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
  A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019 (continuação)
Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e

- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativose um dos seguintes itens fosse cumprido:

– o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que

– obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;

– o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo

– tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

– fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019, entretanto o Grupo fez análise da adoção destas novas normas e interpretações na preparação destas demonstrações financeiras, e constatou que não terão impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

10 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa e bancos	1.211	2.350	1.322	4.216
Aplicações financeiras (i)	115.029	87.062	116.433	108.043
	116.240	89.412	117.755	112.259

(i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98%). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

11 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Clientes nacionais	10.559	6.487	18.253	15.468
Clientes no exterior	6.471	9.045	6.471	9.045
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	11.027	12.598	995	1.852
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	(396)	(556)	(561)	(974)
	27.661	27.574	25.158	25.391
Circulante	16.937	15.398	24.216	24.565
Não circulante	10.724	12.176	942	826

(i) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociarem um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
A vencer	15.888	14.758	21.187	22.472
Vencidos entre 1 e 90 dias	580	153	1.798	698
Vencidos entre 91 e 180 dias	92	219	602	289
Vencidos acima de 180 dias	470	402	1.137	1.054
	17.030	15.532	24.724	24.513
(-) Provisão para perdas esperadas	(396)	(556)	(561)	(974)
	16.634	14.976	24.163	23.539

Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	(556)	(364)	(974)	(594)
Provisão constituída	-	(192)	-	(380)
Valores recuperados/revertidos	160	-	413	-
Saldo no final do exercício	(396)	(556)	(561)	(974)

12 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
PIS e COFINS (i)	8.346	11.404	8.363	11.404
FUNDAF (ii)	2.863	1.763	13.291	7.794
IRPJ e CSLL (iii)	366	5.079	1.765	6.230
Outros	719	800	747	866
	12.294	19.046	24.166	26.294
Circulante	9.113	16.964	10.557	18.136
Não circulante	3.181	2.082	13.609	8.158

(i) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente.

(ii) Refere-se a valores pagos em exercícios anteriores, cuja jurisprudência já está pacificada no STF, a serem compensados a partir de 2020, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

(iii) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas e prestação de serviços.

13 Imposto de renda e contribuição social

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Adicionalmente, a Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas controladas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	13.419	14.843	18.657	18.387
Amortização de mais valia	-	-	1.172	956
Outras diferenças temporárias	-	8	-	1.309
	13.419	14.851	19.829	20.652
Passivo não circulante				
Juros capitalizados	(6.380)	(6.380)	(6.380)	(6.380)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	7.039	8.471	13.449	14.272

(ii) Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Resultado do exercício antes dos impostos	100.125	72.214	109.731	83.269
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(34.043)	(24.553)	(37.309)	(28.311)
Adições e exclusões e outros				
Resultado de equivalência patrimonial	32.945	26.668	26.599	25.695
Exclusões (Adições) permanentes	762	(1.201)	696	(282)
Outros	24	24	96	96
	(312)	938	(9.918)	(2.802)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(4.749)	(2.449)	(14.571)	(8.133)
Diferido	4.437	3.387	4.653	5.331
Alíquota efetiva	0%	0%	9%	3%

14 Investimentos

(i) Composição dos saldos da controladora

	2019	2018
Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (equivalência patrimonial)		
Rio Bacacheri Participações S.A.	8.583	34.765
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	1	1
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	24.960	25.720
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	105.139	118.254
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(68.940)	(60.327)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	853	971
Sul Trading Ltda.	8	8
	366.609	415.397

(ii) Composição dos saldos do consolidado

	2019	2018
Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	105.139	118.254
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(68.940)	(60.327)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	24.392	21.483
Ágio - aquisição COPI (iii)	7.867	13.458
Mais valia - aquisição COPI (iv)	8.324	2.611
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv)	(713)	(535)
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	853	971
Sul Trading Ltda.	8	8
	372.935	391.928

(i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

(ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

(iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018 (25%).

(iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018.

(iii) Informações das controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Rio Bacacheri	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	825	778
Ativos não circulantes	79.697	44.579
Passivos circulantes	21.452	1.925
Passivos não circulantes	50.487	8.667
Receitas do exercício	22.351	10.972
Custos e despesas do exercício	(300)	(3.599)
Resultado da investida no exercício	22.051	7.373
Capital social	18.054	18.054
Quantidade de quotas possuídas	18.053.643	18.053.643
Patrimônio líquido	8.583	34.765
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	8.583	34.765

	Rocha Granéis	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	1	1
Ativos não circulantes	-	-
Passivos circulantes	-	-
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	-	-
Custos e despesas do exercício	-	-
Resultado da investida no exercício	-	-
Capital social	1	1
Quantidade de quotas possuídas	250.000	250.000
Patrimônio líquido	1	1
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	1	1

	Porto Seco	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	3.516	3.682
Ativos não circulantes	42.670	28.276
Passivos circulantes	7.419	3.326
Passivos não circulantes	13.807	2.909
Receitas do exercício	29.551	25.093
Custos e despesas do exercício	(30.310)	(26.553)
Resultado da investida no exercício	(759)	(1.460)
Capital social	1.500	1.500
Quantidade de quotas possuídas	1.499.998	1.499.998
Patrimônio líquido	24.960	25.720
Participação no capital social no final do exercício	99,99%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	24.960	25.720

	Vanzin	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	8.003	29.408
Ativos não circulantes	44.472	42.321
Passivos circulantes	12.829	11.821
Passivos não circulantes	13.549	17.114
Receitas do exercício	71.360	60.806
Custos e despesas do exercício	(49.009)	(42.519)
Resultado da investida no exercício	22.351	18.287
Capital social	2.895	2.895
Quantidade de quotas possuídas	2.895.000	1.737.000
Patrimônio líquido	26.097	42.794
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	60,00%
Participação no patrimônio líquido	26.097	25.676

	Cattalini Terminais	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	70.623	136.798
Ativos não circulantes	401.947	356.563
Passivos circulantes	53.677	50.301
Passivos não circulantes	208.614	206.551
Receitas do exercício	323.116	305.438
Custos e despesas do exercício	(174.147)	(163.841)
Resultado da investida no exercício	148.969	141.597
Capital social	53.701	53.701
Quantidade de quotas possuídas	26.850.591	26.850.591
Patrimônio líquido	210.279	236.509
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	105.139	118.254

	TLP Terminais	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	10	10
Ativos não circulantes	-	-
Passivos circulantes	-	-
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	-	-
Custos e despesas do exercício	-	-
Resultado da investida no exercício	-	-
Capital social	10	10
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	10	10
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	5	5

	Fullport8 Operações	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	6.190	5.663
Ativos não circulantes	3.491	4.093
Passivos circulantes	6.319	5.595
Passivos não circulantes	351	732
Receitas do exercício	53.226	53.409
Custos e despesas do exercício	(49.300)	(47.139)
Resultado da investida no exercício	3.926	6.270
Capital social	250	250
Quantidade de quotas possuídas	70.825	70.825
Patrimônio líquido	3.011	3.429
Participação no capital social no final do exercício	28,33%	28,33%
Participação no patrimônio líquido	853	971

	Sul Trading	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	1.520	1.493
Ativos não circulantes	47	47
Passivos circulantes	1	2
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	65	78
Custos e despesas do exercício	(37)	(47)
Resultado da investida no exercício	28	31
Capital social	1.000	1.000
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	1.565	1.538
Participação no capital social no final do exercício	0,50%	0,50%
Participação no patrimônio líquido	8	8

	COPI	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	54.189	11.640
Ativos não circulantes	95.069	41.898
Passivos circulantes	13.738	9.854
Passivos não circulantes	86.736	718
Receitas do exercício	40.178	44.781
Custos e despesas do exercício	(34.569)	(38.406)
Resultado da investida no exercício	5.609	6.375
Capital social	32.742	32.742
Quantidade de quotas possuídas	16.371.172	16.371.172
Patrimônio líquido	48.784	42.966
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	24.392	21.483

	COPISI (i)	
	2019	**2018**
Ativos circulantes	1.103	-
Ativos não circulantes	-	-
Passivos circulantes	103	-
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	1.208	-
Custos e despesas do exercício	(429)	-
Resultado da investida no exercício	779	-
Capital social	1.000	-
Quantidade de quotas possuídas	500.000	-
Patrimônio líquido	1.779	-
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	779	-

(i) Em 2019, a COPISI não possui atividade operacional.

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora							
	Rio Bacacheri	**Rocha Granéis**	**Porto Seco**	**Cattalini Terminais**	**TLP Terminais**	**Fullport8 Operações**	**Sul Trading**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.765	1	25.720	353.927	5	971	8	415.397
Reversão de dividendos	1.751	-	-	-	-	-	-	1.751
Dividendos recebidos	-	-	-	(87.600)	-	(1.118)	-	(88.718)
Dividendos a receber	(5.380)	-	-	-	-	(120)	-	(5.500)
Resultado de equivalência patrimonial	22.051	-	(760)	74.485	-	1.120	-	96.896
Ágio em transação de capital (i)	(44.604)	-	-	-	-	-	-	(44.604)
Amortização mais valia	-	-	-	(13.050)	-	-	-	(13.050)
IR/CS diferidos sobre mais valia	-	-	-	4.437	-	-	-	4.437
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.583	1	24.960	332.199	5	853	8	366.609

(i) Refere-se ao ágio auferido pela controlada Rio Bacacheri Participações S.A. como resultado da aquisição de 40% da Vanzin Operações Portuárias S.A. realizada em outubro de 2019.

	Consolidado						
	Cattalini Terminais	**TLP Terminais**	**COPI**	**COPISI**	**Fullport8 Operações**	**Sul Trading**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	353.927	5	37.017	-	971	8	391.928
Reversão de dividendos	-	-	827	-	-	-	827
Dividendos recebidos	(87.600)	-	-	-	(1.118)	-	(88.718)
Dividendos a receber	-	-	(546)	-	(120)	-	(666)
Resultado de equivalência patrimonial	74.485	-	2.627	-	1.120	-	78.232
Amortização mais valia	(13.050)	-	(178)	-	-	-	(13.228)
IR/CS diferidos sobre mais valia	4.437	-	-	-	-	-	4.437
Outras movimentações, líquidas	-	-	123	-	-	-	123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	332.199	5	39.870	-	853	8	372.935

15 Imobilizado

(i) Composição do saldo (controladora)

	2019			2018
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	440.011	(71.158)	368.853	381.100
Equipamentos e guindastes	143.243	(68.440)	74.803	80.408
Outros ativos	17.334	(9.393)	7.941	7.748
Imobilizações em andamento	27.004	(481)	26.523	12.624
	627.592	(149.472)	478.120	481.880

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	435.314	4.465	(285)	517	440.011
Equipamentos e guindastes	137.634	3.749	(480)	2.340	143.243
Outros ativos	15.920	1.633	(597)	378	17.334
Imobilizações em andamento	12.624	18.842	(1.227)	(3.235)	27.004
	601.492	28.689	(2.589)	-	627.592

(iii) Movimentação da depreciação (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(54.214)	(17.056)	112	-	(71.158)
Equipamentos e guindastes	(57.226)	(11.657)	443	-	(68.440)
Outros ativos	(8.172)	(1.685)	464	-	(9.393)
Imobilizações em andamento	-	(481)	-	-	(481)
	(119.612)	(30.879)	1.019		(149.472)

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2019			2018
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Edificações e benfeitorias	461.765	(80.617)	381.148	393.461
Equipamentos e guindastes	181.743	(98.826)	82.917	89.541
Outros ativos	21.014	(11.990)	9.024	8.745
Mais valia Vanzin (i)	7.042	(2.818)	4.224	1.022
Imobilizações em andamento	27.317	(755)	26.562	13.484
	698.881	(195.006)	503.875	506.253

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	**Movimentação em 2019**			**Saldo em 31/12/2019**
	Custo	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Custo**
Edificações e benfeitorias	456.197	5.259	(285)	594	461.765
Equipamentos e guindastes	175.055	6.046	(1.698)	2.340	181.743
Outros ativos	19.285	2.014	(663)	378	21.014
Mais valia Vanzin (i)	3.367	3.675	-	-	7.042
Imobilizações em andamento	13.484	18.842	(1.227)	(3.782)	27.317
	667.388	35.836	(3.873)	(470)	698.881

(vi) Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	**Movimentação em 2019**			**Saldo em 31/12/2019**
	Depreciação	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação**
Edificações e benfeitorias	(62.736)	(17.993)	112	-	(80.617)
Equipamentos e guindastes	(85.514)	(14.843)	1.531	-	(98.826)
Outros ativos	(10.540)	(1.980)	530	-	(11.990)
Mais valia Vanzin (i)	(2.345)	(473)	-	-	(2.818)
Imobilizações em andamento	-	(755)	-	-	(755)
	(161.135)	(36.044)	2.173	-	(195.006)

(i) Refere-se à alocação contábil de parte do valor pago pela Companhia para aquisição de 100,00% das ações da Vanzin Operações Portuárias S.A, conforme N.E. 2 (d).

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, em operações de finame, cuja garantia para tais operações são os próprios bens. Há ainda, benfeitorias, edificações e equipamentos dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos realizadas nas modalidades GIMPO e GEXPO (veja nota explicativa 18).

16 Intangível

(i) Composição do saldo (controladora)

	2019			2018
	Custo	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares	9.636	(7.289)	2.347	2.507
Outros intangíveis	184	(2)	182	176
	9.820	(7.291)	2.529	2.683

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	**Movimentação em 2019**			**Saldo em 31/12/2019**
	Custo	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Custo**
Softwares	8.824	812	-	-	9.636
Outros intangíveis	177	7	-	-	184
	9.001	819	-	-	9.820

(iii) Movimentação da amortização (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	**Movimentação em 2019**			**Saldo em 31/12/2019**
	Amortização	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**
Softwares	(6.317)	(972)	-	-	(7.289)
Outros intangíveis	(1)	(1)	-	-	(2)
	(6.318)	(973)	-	-	(7.291)

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2019			2018
	Custo	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares	13.676	(10.729)	2.947	3.403
Outros intangíveis	1.239	(545)	694	262
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	14.698	14.698
Intangíveis indentificados em aquisição de subsidiária (i)	31.332	-	31.332	-
	60.946	(11.274)	49.672	18.363

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	**Movimentação em 2019**			**Saldo em 31/12/2019**
	Custo	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Custo**
Softwares	12.789	887	-	-	13.676
Outros intangíveis	763	6	-	470	1.239
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis indentificados em aquisição de subsidiária (i)	-	31.332	-	-	31.332
	28.250	32.225	-	470	60.946

(vi) Movimentação da amortização (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	**Movimentação em 2019**			**Saldo em 31/12/2019**
	Amortização	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**
Softwares	(9.387)	(1.342)	-	-	(10.729)
Outros intangíveis	(501)	(44)	-	-	(545)
	(9.888)	(1.386)	-	-	(11.274)

(i) Refere-se ao ágio/mais valia decorrentes da aquisição de 100% da controlada Vanzin Operações Portuárias S.A conforme N.E. 2 (d) . Os referidos valores do ágio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível de vida útil indefinida tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração preparou análises de projeções de fluxos de caixa futuros, as quais não identificaram a necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

17 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fornecedores nacionais (i)	20.458	11.782	84.744	15.837
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	1.308	939	761	896
	21.766	12.721	85.505	16.733
Circulante	21.468	12.319	40.510	16.331
Não circulante	298	402	44.995	402

(i) Refere-se principalmente a gastos decorrentes da contratação de serviços, OGMO, tarifas portuárias, fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, entre outros.

18 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição do saldo

			Controladora		Consolidado	
Moeda	**Natureza**	**Taxa**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Real	NCE Vanzin	% CDI + Spread	-	-	13.350	15.859
Real	NCE/CCE GEXPO	% CDI + Spread	87.466	80.961	87.466	80.961
Real	Leasing GEXPO	14,64% a.a.	252	570	252	570
Real	BNDES - GIMPO (i)	PSI//TJLP + Spread	10.339	17.397	10.339	17.397
Real	BNDES - GEXPO (ii)	TJLP + Spread	72.550	81.805	72.550	81.805
Real	Debêntures (iii)	CDI + 2,65% a.a.	39.423	78.812	39.423	78.812
			210.030	259.545	223.380	275.404
Circulante			82.160	79.468	86.135	82.202
Não circulante			127.870	180.077	137.245	193.202

(i) Em abril de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Finame, cujo montante total captado foi de R$ 14.808, com amortização a partir de maio de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Adicionalmente, em maio de 2011, a Companhia assinou outro contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Finem, cujo montante total captado foi de R$ 40.076, com amortização a partir de julho de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente.

(ii) Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2017 terminando em dezembro de 2026, sendo que, os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente.

(iii) A Companhia emitiu 172 debêntures simples, não conversíveis em ações com valor nominal de R$ 1.000 cada em dezembro de 2011, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures vencerão em julho de 2020 e serão amortizadas em nove parcelas semestrais a partir de julho de 2016, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,65%.

(ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	259.545	315.109	275.404	315.109
Captações	25.000	294	25.000	15.294
Juros e correções incorridos	20.293	27.783	21.475	28.642
Custos debêntures amortizados	651	651	651	651
Pagamentos de principal	(74.803)	(54.993)	(76.678)	(54.993)
Pagamentos de juros	(20.656)	(29.299)	(22.472)	(29.299)
Saldo no final do exercício	210.030	259.545	223.380	275.404

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
2020	-	78.052	-	81.802
2021	45.586	46.079	49.336	49.829
2022	19.599	15.190	23.349	18.940
*2023	14.603	10.189	16.478	12.064
2024	14.603	10.189	14.603	10.189
2025	14.603	10.189	14.603	10.189
2026	14.603	10.189	14.603	10.189
2027	4.273	-	4.273	-
	127.870	180.077	137.245	193.202

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

a. BNDES - GIMPO

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,0x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA ajustado deverá ser considerada a consolidação proporcional "proforma" da participação que a Companhia detém na Cattalini. No caso de não cumprimento deste indicador a Companhia deverá apresentar garantias reais adicionais, que perfaçam no mínimo 130% do saldo devedor atualizado.

b. BNDES - GEXPO

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA ajustado deverá ser considerado o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado.

c. Debêntures

A razão dívida líquida EBITDA para as debêntures deverá ser calculada considerando-se o EBTIDA ajustado da Companhia: (i) pelo resultado não operacional, (ii) pela equivalência patrimonial, e (iii) e pela participação dos acionistas minoritários, adicionado o valor dos dividendos recebidos pela Companhia oriundos da participação societária na Cattalini. O não cumprimento deste indicador permitirá aos debenturistas declarar vencimento antecipado de todas as obrigações.

	Endividamento Financeiro Líquido / (EBITDA+ Dividendos) ("Razão Dívida EBITDA")
2012	4,50x
2013	3,50x
2014 e 2015	4,00x
2016 e 2017	3,50x
2018 e após	3,00x

d. Santander CCE

Possui cláusulas contratuais restritivas idênticas às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia está em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) estabelecidas acima.

Garantias

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES possuem garantias reais. Para as modalidades Finem, GIMPO e GEXPO, estão hipotecados os terrenos de acionistas, benfeitorias, edificações e equipamentos relacionados aos ativos-alvo do financiamento. Já para a modalidade Finame, foi concedida a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos adquiridos. Na linha BNDES GEXPO, há a garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações Ltda..

As debêntures emitidas são garantidas pela alienação fiduciária de 25% das ações emitidas pela Cattalini e também pela cessão fiduciária do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos a emissora em conta vinculada.

19 Impostos e contribuições a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		**Consolidado**	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
IRPJ e CSLL	-	-	1.494	824
ISS	639	624	785	792
PIS e COFINS	-	-	651	312
IRRF	445	415	538	510
Outros	369	358	404	411
	1.453	1.397	3.872	2.849

20 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 a título de benefícios de curto prazo foram de R$ 3.671 (R$ 3.529 em 2018). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos e resultado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora							
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
RTP Administração e Participações Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	-	1.328	8.797
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	665	587	985	8.033
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-	438	3.572
Rio Bacacheri Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	11.170	10.424	-	-
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	226	223	-	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	2.271	1.535	-	-	4.346	3.115	547	43
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	120	374	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A.	-	-	(14.258)	(14.097)	-	-	463	494
	2.271	1.535	(14.258)	(14.097)	16.527	14.723	3.761	20.939
Saldos por natureza								
Ativo circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	303	422	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	5.500	2.125	-	-
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	10.724	12.176	-	-
Passivo circulante								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	1.010	537
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	2.453	20.000
Passivo não circulante								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	298	402
	-	-	-	-	16.527	14.723	3.761	20.939

	Consolidado							
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
RTP Administração e Participações Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	-	1.328	8.797
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	665	587	985	8.033
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-	438	3.572
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	226	223	-	-
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	120	374	-	-
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	-	-	-	-	650	932	-	-
Superporto Participações Ltda.	-	-	-	-	-	16	-	4
Comissária de Despachos Vanzin Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A.	-	-	(14.258)	(14.097)	-	-	463	494
	-	-	(14.258)	(14.097)	1.661	2.226	3.214	20.900
Saldos por natureza								
Ativo circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	104	1.026	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	666	374	-	-
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	891	826	-	-
Passivo circulante								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	463	494
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	2.453	20.004
Passivo não circulante								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	298	402
	-	-	-	-	1.661	2.226	3.214	20.900

(i) Refere-se a máquinas a Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda., as quais tem um prazo médio de recebimento de 7 dias.

(ii) Refere-se a despesas de aluguel com imóveis, que são pagas à Superagui Holding Patrimonial S.A., em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, e de longo prazo, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia firmado entre a RTP Administração e Participações Ltda. e a Rio Barigui Participações S.A.. Outras locações de imóveis com prazos mais curtos, de outras empresas de partes relacionadas, são realizadas sempre com a aprovação prévia do Conselho de Administração.

(iii) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas. O montante total entre contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2019, era de R$ 299 a pagar (R$ 402 em 2018 a pagar), reflexos de registros contábeis constituídos, estando, portanto, sujeito a compensações com outros débitos e/ou créditos incorridos na Companhia e a confirmação de fluxos de caixa futuros, como por exemplo, as perdas e ganhos em processos judiciais ativos e também passivos com data base dos fatos geradores anteriores à assinatura dos referidos Acordos de Investimentos.

(iv) Refere-se as transações ao longo do exercício entre a Companhia e suas controladas integrais, além de saldos em aberto remanescentes do exercício anterior, e da proposta de distribuição de dividendos, valores que terão a sua destinação deliberada pelos Sócios/Acionistas no exercício de 2020.

21 Provisão para contingências (controladora e consolidado)

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso.

	Controladora							
	Depósitos judiciais				Provisão para contingências			
Natureza	**Saldo em 31/12/2018**	**Depósitos**	**Resgates**	**Saldo em 31/12/2019**	**Saldo em 31/12/2018**	**Provisão constituída**	**Provisão revertida**	**Saldo em 31/12/2019**
Cíveis (i)	28.535	8.827	-	37.362	28.535	8.827	-	37.362
Trabalhistas (ii)	91	313	-	404	240	-	-	240
Tributárias	413	-	-	413	-	-	-	-
	29.039	9.140	-	38.179	28.775	8.827	-	37.602

	Consolidado							
	Depósitos judiciais				Provisão para contingências			
Natureza	**Saldo em 31/12/2018**	**Depósitos**	**Resgates**	**Saldo em 31/12/2019**	**Saldo em 31/12/2018**	**Provisão constituída**	**Provisão revertida**	**Saldo em 31/12/2019**
Cíveis (i)	28.535	8.827	-	37.362	28.535	8.827	-	37.362
Trabalhistas (ii)	163	313	(72)	404	460	-	(1)	459
Tributárias	413	-	-	413	3.989	185	-	4.174
	29.111	9.140	(72)	38.179	32.984	9.012	(1)	41.995

(i) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo.

(ii) Refere-se principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem o pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todas as perdas incorridas cujos fatos geradores sejam anteriores aos Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas da Companhia são indenizáveis, respeitando os prazos limites dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia e suas controladas são ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R$ 399 (R$ 1.192 em 2018). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é composto de 31.574.044 ações ordinárias com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, tendo tais ações sido totalmente integralizadas.

O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	**Participação**	**Ações**	**Capital**
RTP Administração e Participações Ltda.	41,98%	13.253.848	13.254
Rio Barigui Participações S.A.	40,17%	12.681.971	12.682
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17,85%	5.638.225	5.638
	100,00%	31.574.044	31.574

b. Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, ao ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2010, 2011, 2014 e 2015.

c. Ágio em transação de capital

Auferidos conforme N.E. 2 (d) no valor de R$ 35.367 (R$ 0 em 2018) refere-se ao ágio auferido pela controlada Rio Bacacheri Participações S.A. como resultado da aquisição de 40% da Vanzin Operações Portuárias S.A. realizada em outubro de 2019. A alocação deste ágio no patrimônio líquido da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e no ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

d. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

e. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia. Por decisão dos acionistas, a reserva compõe o orçamento de capital para novos investimentos aprovado em Assembleia Geral Ordinária nos últimos três exercícios.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	2019	**2018**
Resultado do exercício	99.813	73.152
(-) Reserva legal (i)	-	-
Base de cálculo	99.813	73.152
Dividendos mínimos obrigatórios	24.953	18.288

(i) A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

23 Receita líquida de vendas

A receita líquida da Companhia e suas controladas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Mercado interno				
Serviços prestados	259.634	257.850	368.900	348.370
Mercado externo				
Serviços prestados	73.121	76.098	73.534	78.817
Receita operacional bruta	332.755	333.948	442.434	427.187
Serviços cancelados	(838)	(508)	(838)	(1.725)
Impostos incidentes sobre os serviços	(32.387)	(34.418)	(46.053)	(45.126)
Deduções da receita	(33.225)	(34.926)	(46.891)	(46.851)
Receita operacional líquida	299.530	299.022	395.543	380.336

24 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas comerciais e administrativas e gerais da Companhia e suas controladas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Custos das operações portuárias	(94.948)	(106.436)	(122.682)	(129.027)
Depreciação e amortização	(54.242)	(45.538)	(61.029)	(52.279)
Mão-de-obra e encargos	(49.738)	(44.312)	(61.482)	(55.714)
Serviços de terceiros (diretos e indiretos)	(27.323)	(24.124)	(38.051)	(32.854)
Locações de equipamentos e imóveis	(13.730)	(25.409)	(16.825)	(31.003)
Manutenção dos ativos	(10.794)	(10.097)	(12.801)	(11.996)
Energia, água e comunicação	(5.812)	(5.890)	(6.164)	(6.420)
Combustíveis e lubrificantes	(3.042)	(3.074)	(5.293)	(5.063)
Outros custos e despesas	(5.875)	(6.853)	(7.235)	(8.180)
	(265.504)	(271.733)	(331.562)	(332.536)
Reconciliação dos custos e despesas, por função:				
Custos dos serviços prestados	(252.811)	(259.195)	(317.582)	(318.592)
Despesas comerciais	(399)	(387)	(399)	(387)
Despesas administrativas e gerais	(12.294)	(12.151)	(13.581)	(13.557)
	(265.504)	(271.733)	(331.562)	(332.536)

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	4.762	3.580	6.121	4.317
Outras receitas	10	105	20	152
	4.772	3.685	6.141	4.469
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.218)	(27.783)	(27.170)	(28.642)
Juros CPC 06 arrendamentos	(3.601)	-	(4.080)	-
Juros incorridos e descontos concedidos	(3.165)	(4.108)	(3.227)	(9.766)
IOF e variação cambial passiva	(1.720)	(1.297)	(1.750)	(1.328)
Outras despesas financeiras	(1.704)	(1.612)	(1.839)	(1.868)
	(35.408)	(34.800)	(38.066)	(41.604)
	(30.636)	(31.115)	(31.925)	(37.135)

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não realizaram operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

(i) Controladora

		2019			2018
	Nota	**Mensurados ao custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Saldo contábil**	**Saldo contábil**
Ativos					
Caixa e bancos	10	1.211	-	1.211	2.350
Aplicações financeiras	10	115.029	-	115.029	87.062
Contas a receber de clientes	11	27.661	-	27.661	27.574
Outras contas a receber	-	12.690	-	12.690	8.125
Passivos					
Fornecedores	17	-	21.766	21.766	12.721
Empréstimos e financiamentos	18	-	210.030	210.030	259.545

(ii) Consolidado

		2019			2018
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	10	1.322	-	1.322	4.216
Aplicações financeiras	10	116.433	-	116.433	108.043
Contas a receber de clientes	11	25.158	-	25.158	25.391
Outras contas a receber	-	13.575	-	13.575	8.802
Passivos					
Fornecedores	17	-	85.505	85.505	16.733
Empréstimos e financiamentos	18	-	223.380	223.380	275.404

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de R$ 116.240 (R$ 89.412 em 2018) nas demonstrações financeiras individuais e R$ 117.755 (R$ 112.259 em 2018) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

27 Cobertura dos Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	R$ 120.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	R$ 80.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	R$ 45.000
Responsabilidade civil – obras	R$ 10.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	R$ 1.000
Seguro de vida em grupo	R$ 845
Riscos diversos – máquinas pequenas	R$ 450
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	R$ 300

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.